

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Gênero e carreiras universitárias .

Daysede Paula Marques da Silva.

Cita:

Daysede Paula Marques da Silva (2009). *Gênero e carreiras universitárias*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/828>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Gênero e carreiras universitárias

Autora: Dayse de Paula Marques da Silva

Coord. Pesquisa Novas hierarquias profissionais: conhecimento, gênero e etnia

Programa de Estudos de Gênero, Geração e Etnia: demandas sociais e políticas públicas – PEGGE/SR3/Faculdade de Serviço Social/UERJ

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Email: dayse@centroin.com.br

Resumo

Este trabalho é resultado de pesquisas no campo das relações de gênero e educação, desenvolvidas ao longo dos últimos 15 anos. A distribuição de carreiras universitárias por sexo persiste, constituindo um fenômeno marcante no processo de novas identidades sociais. Os avanços observados em alguns campos de atuação tradicionalmente associados a homens e mulheres, não se confirmam nas justificativas para escolhas de determinadas profissões ou especializações no interior de algumas carreiras. Os mecanismos institucionais observados na classificação e distribuição de cursos universitários seguem um determinado padrão classificatório com base em “versões” tradicionais de símbolos femininos e masculinos que indicam os limites para superação de valores tradicionais no campo das relações de gênero. A partir da observação de dois campos universitários mais específicos – a Medicina e o Serviço Social, estas permanências e contradições sobre a organização da formação e prática profissional, com base no enfoque de gênero são exploradas no estudo com destaque para o fato do primeiro (medicina) evidenciar uma impactante mudança no seu perfil de gênero, enquanto o segundo (serviço social), ao contrário, mostra a permanência, ao longo dos anos, de uma maioria de mulheres nos seus cursos,

no contexto brasileiro. As políticas educacionais não têm revelado o mesmo investimento e preocupação com o desenvolvimento de medidas de enfrentamento da discriminação de gênero, na complexa realidade do aprendizado infanto-juvenil e o seu impacto na escolha de carreiras como vem sendo demonstrando no problema étnico-racial. Esta é uma lacuna a ser preenchida. O estudo tem como objetivo explorar este fenômeno, buscando apontar algumas alternativas no processo de inclusão no campo do gênero.

Introdução

O campo das relações de gênero vem se afirmando nas ciências sociais, mas ainda existem algumas dificuldades em introduzi-lo de forma transversal nas diferentes disciplinas, ao menos, como uma metodologia a ser incorporada com mais visibilidade nos diferentes estudos comportamentais. Permanece uma tendência em criar espaços próprios para o debate e a apresentação de estudos com base no gênero, enquanto uma categoria de análise importante para a compreensão de fenômenos sociais. A área da educação, no Brasil, oportunizou uma abertura fundamental nessa direção, quando lançou na década de 1990, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), incluindo como tema transversal, a “orientação sexual”.

Os problemas relacionados à sexualidade infantil e o seu impacto na definição de identidades e práticas nas faixas etárias mais avançadas têm sido pouco abordados nas políticas públicas. Os fenômenos observados nos últimos anos como o aumento acentuado de adolescentes grávidas, expansão da epidemia de HIVAids, principalmente, em países com IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) muito abaixo dos padrões aceitáveis internacionalmente, impulsionaram medidas que superassem estes problemas no campo da saúde. Entretanto, a associação mais estreita entre o campo da educação e da saúde no enfrentamento destas estatísticas, ainda não se configurou nos moldes necessários e ainda hoje, pode ser considerada uma meta a ser atingida. Considerando a dimensão do problema no campo educacional é possível perceber o alcance da tarefa. A dificuldade de implantação dos

Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) em fins da década de 1990 e início de 2000 evidenciam que os educadores enfrentam muitos obstáculos para a incorporação destas iniciativas inovadoras por parte do poder público. Algumas dimensões do problema não são observadas e não podem ser alcançadas, a não ser, com uma aproximação e avaliação do cotidiano da instituição e das práticas dos sujeitos envolvidos diretamente na ação. A *Secretaria Especial de Políticas para Mulheres* (SPM), criada em 2004, tem introduzido entre as suas metas, o estímulo a educação não-sexista. Segue a orientação de organismos internacionais que encontram na Organização das Nações Unidas (ONU) o seu principal expoente e fomentador de ações públicas neste campo, tendo incluído entre as metas do milênio, o combate a exclusão de mulheres do sistema educacional, a começar pelas meninas.

Sexualidade e gênero têm implicações em quadros sociais com difícil tratamento institucional no espaço da escola como violência doméstica e abuso sexual na infância. Estes dramas são encaminhados para outras instituições como delegacias e conselhos tutelares a partir dos quais, a escola tende a se eximir de qualquer responsabilidade sobre estes fatos. Considerando o acúmulo de vínculos empregatícios, a sobrecarga de trabalho e os problemas pessoais dos professores, muitas instituições escolares, justificam esta ausência de medidas na sua “jurisdição”, argumentando que não tem como assumir mais uma demanda, no caso, social.

Ao serem instituídos os PCNs, no Brasil, na rede de ensino fundamental foi possível dimensionar as limitações que este debate enfrenta no cotidiano institucional. O que interessa explorar neste trabalho é como este problema chega à universidade. O projeto desenvolvido ao longo deste período enfatizou as escolhas universitárias por sexo, buscando compreender os mecanismos que favorecem a concentração de homens e mulheres em cursos universitários específicos. É interessante observar que os PCNs, possibilitaram uma abordagem para este problema quando estabeleceram o enfoque do gênero em sua proposta. As metas do milênio, da ONU, o fazem igualmente, quando é destacada a

trajetória e vivência diferenciada no campo da educação para meninos e meninas na sociedade e de forma mais impactante, em algumas regiões no mundo atual.

As hierarquias de gênero continuam se mantendo em uma perspectiva global e o fenômeno da violência de gênero, contra a mulher, de alguma forma indica as dificuldades para a superação da opressão feminina e erradicação das estruturas de poder entre indivíduos do sexo feminino e masculino que expressam interesse em novos modelos na constituição de suas identidades de gênero. A construção desta identidade tem uma forte influência do espaço educacional. O que crianças de ambos os sexos estão observando, ouvindo, aceitando, acatando ou recusando quanto aos simbolismos que se referem ao masculino e feminino no seu cotidiano, tecerá o seu “destino”, inclusive na escolha de carreiras universitárias, caso tenha condições de acesso a este nível educacional.

Gênero e sexualidade: não são “sinônimos”

A partir da premissa de que gênero é um conceito estabelecido recentemente, e, portanto, envolto em muitas controvérsias, faz-se importante, alguns esclarecimentos iniciais para registrar as dificuldades da abordagem no interior do espaço escolar.

Os PCNs, no Brasil, quando publicados, trataram das relações de gênero como tema transversal, mas com ênfase na sexualidade. Esta iniciativa favoreceu uma associação imediata com a primeira fase do movimento feminista que apresentou uma ênfase prioritária no campo da saúde reprodutiva. Certamente, este fato correspondia a preocupação do poder público com o crescente fenômeno da gravidez entre jovens e a disseminação de doenças sexualmente transmissíveis, particularmente, a AIDs. Entretanto, de qualquer forma, incluíram o conceito de gênero, no interior da escola, incentivando a observação de uma hierarquia, antes negada ou invisibilizada neste espaço institucional. Isto, possivelmente, explica, a ansiedade dos professores em apontar problemas no campo da sexualidade, quando é apresentada a discussão sobre relações de

gênero e a sua importante colaboração para a superação de hierarquias entre meninos e meninas que, no futuro, pode evitar as relações violentas entre eles.

A associação imediata entre gênero e sexualidade ainda é muito freqüente até mesmo no campo acadêmico. A distinção estabelecida por SCOTT (1990) entre gênero e sexo não foi suficientemente incorporada ou compreendida no debate sobre o tema. Parece que mencionar gênero é imediatamente remeter a preferências sexuais, a gravidez na adolescência, a métodos contraceptivos em um evidente resquício de políticas públicas voltadas para a saúde da mulher nas primeiras conquistas do movimento feminista, sem dúvida, fundamentais para o avanço político da questão mas que já não esgota, unicamente, o potencial de ação no campo do gênero. Quando SCOTT afirma que o gênero “inclui o sexo”, mas não necessariamente, o sexo “inclui o gênero” para melhor compreendê-lo analiticamente, muitos não assimilam a diferença proposta pela autora. Remeter-se a sexualidade ou problemas sociais relacionados a práticas sexuais, tais como repressão a prostituição, epidemia de AIDs, homofobia, pedofilia etc, não necessariamente, remeterá ao problema das relações de gênero. Muitos interlocutores das mais diversas áreas poderão atuar sobre o problema em uma perspectiva humanitária, jurídica, médica, sem que considerem, em algum momento, as hierarquias sociais provocadas por assimetrias entre homens e mulheres como explicativas do problema. A compreensão do gênero como uma categoria analítica fundamental, pressupõe a compreensão da hierarquia social entre homens e mulheres observada na maioria das sociedades humanas. Historicamente, observa a autora, há uma tendência à desqualificação da participação feminina em varias dimensões da vida social, marcada pela invisibilidade de sua ação não reconhecida pela maioria dos historiadores (homens).

Esclarecer esta diferença e observar se estas considerações teóricas próprias dos estudos do gênero estão sendo compreendidas por educadores é fundamental para dar continuidade a um trabalho de prevenção e atuação sobre a violência doméstica, por exemplo. Se não é possível o reconhecimento da

hierarquia ou de ações que ainda expressam uma sobrevalorização do que é representado ou simbolizado como masculino na sociedade ou em grupos sociais, dificilmente será dado um próximo passo na direção da prevenção deste trágico fenômeno social.

O distinguir entre o que é biológico e o que é cultural neste debate constituem-se outro desafio deste trabalho, conforme a abordagem de SCOTT (1990) quando considera a diferença entre sexo e gênero, em termos analíticos, “mapeando” as diversas influências neste debate. A dimensão biológica do fenômeno é preservada quando estabelece o sexo como tudo aquilo que explica a diferença com base na fisiologia e anatomia humana e o gênero como tudo aquilo que toma significado a partir dos símbolos criados e reproduzidos em diferentes sociedades com base na concepção do feminino e masculino que se amplia e supera a fronteira do corpo.

Na sua utilização mais recente, “gênero” parece primeiro ter feito sua aparição entre as feministas americanas que queriam insistir sobre o caráter fundamentalmente social das distinções fundadas sobre o sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O gênero enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminidade. Aquelas que estavam preocupadas pelo fato de que a produção de estudos femininos se centrava sobre as mulheres de maneira demasiado estreita e separada utilizaram o termo “gênero” para introduzir uma noção relacional em nosso vocabulário de análise. Segundo esta opinião, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de um deles podia ser alcançada por um estudo separado (SCOTT, 1990:5).

A sexualidade é diretamente associada ao biológico, ao corpo, ao funcionamento fisiológico e anatômico do corpo humano, o que foi fortalecido pela influência biomédica neste campo de atuação. Esta tendência é observada nas discussões com os educadores e dificilmente esta abordagem mais teórica sobre as diferenças culturais na manifestação da sexualidade e expressões de identidade sexual, com base no gênero é compreendida ou aceita de imediato por eles.

Devem ser considerados neste trabalho outros elementos que dificultam o enfrentamento da violência doméstica na escola, a partir das relações de gênero.

A compreensão do gênero como uma hierarquia a ser superada, entre homens e mulheres, muitas vezes encontra obstáculo na própria formação e origem social dos professores que podem ser oriundos de famílias com valores religiosos muito ligados a tradição. Alguns desses grupos tendem a incentivar determinadas condutas femininas e masculinas com forte apelo à natureza ou à moral religiosa que por vezes confronta, até mesmo com os costumes das famílias dos alunos que expressam maior liberdade sexual ou de conjugalidades múltiplas. Nesses casos, é possível observar as lacunas existentes entre a laicidade a ser garantida pelo Estado (no caso das escolas não confessionais) e as práticas profissionais sem base técnica. Considerando estes limites para o enfrentamento de um tema que *a priori* deveria expressar maior facilidade para um consenso, desde que há um “acordo tácito” quanto a necessidade de reprimir práticas violentas nas relações cotidianas, imaginem abordar o problema das escolhas de atividades cognitivas por sexo ou gênero. Este fato é mais invisibilizado do que as razões possíveis para uma mulher suportar a violência de um parceiro conjugal por anos ininterruptos

Família e perspectiva de gênero.

Nos PCNs, a família é a principal protagonista na formação da criança e do jovem na educação sexual, constituindo-se a escola uma parceira fundamental, colaboradora da família. Portanto, existe um limite bem demarcado quanto à interferência dos professores nesta seara.

Entretanto, é possível observar certa “idealização” da família no documento oficial, pressupondo este núcleo como capaz de conduzir incondicionalmente as novas gerações a uma conduta adequada nas práticas sexuais e relações entre homens e mulheres mais equânimes e futuros cidadãos comprometidos com o bem estar social.

Considerando a família como uma instituição que vem historicamente organizado as sociedades a partir da regulação do sexo e casamento (THERBON, 2006), este debate é prioritário nas considerações sobre relações de gênero.

THERBON (2006) mostra a evolução da família entre 1900-2000, em diferentes regiões do mundo e cultura. O autor assinala os avanços conquistados, a partir do declínio do casamento forçado por interesses de família, em alguns casos, definidos desde a infância (um problema para jovens de famílias de elite, porque envolvia propriedades); da perda de poder da Igreja Católica e da modernização que em alguma medida, atingiu variadas regiões. Estas mudanças favoreceram os casamentos ou formas de conjugalidade informais mais livres e com base na afetividade entre homens e mulheres. Entretanto, ele considera a interferência do gênero em alguma medida na formação destes núcleos e assinala as relações de poder existente entre homens e mulheres no interior da família, inclusive, em alguns casos, construídas historicamente, a partir de um modelo violento, como nas colônias que utilizaram a escravidão africana como meio de desenvolvimento econômico.

A família está suspensa entre o sexo e o poder, como força biológica e social. Entretanto, seguramente, ela não é um porto seguro ou uma fuga do poder e do sexo. A família é sempre um resultado das relações sexuais passadas ou correntes: sem sexo não há família. Mas é um regulador das relações sexuais, determinando quem pode e quem deve ou não ter relações sexuais com quem. As relações de poder estão inscritas nos direitos e obrigações dos membros da família. (...) A mudança institucional é assim induzida por eventos ou processos que desarranjam um dado balanço entre, de um lado, direitos e obrigações e de outro, poderes e dependências. Pais podem perder sua propriedade, filhos podem ter a chance de ir para a escola. Mulheres podem conseguir oportunidades no mercado de trabalho, as tradições religiosas podem enfraquecer os estados ou as organizações internacionais podem se intrometer nas famílias, limitando o de pais e maridos e municiando as filhas rebeldes com rotas de fuga. Ou então, as forças que afetam o equilíbrio existente podem trabalhar no sentido contrário: a propriedade familiar – e seu controle e transmissão – pode tornar-se mais importante, como ocorreu na China em décadas recentes; as mulheres podem ser pressionadas para fora do mercado de trabalho – como tem sido tentado, pelo menos do Elba até o Mar Amarelo; os suportes religiosos para os direitos de pais e maridos podem tornar-se mais fortes; e ainda persiste a lembrança de quando os pais franceses tinham o direito de enviar as crianças desobedientes à penitenciária estatal (THERBON, 2006:12/13).

Os colonizadores brancos proporcionaram importantes modelos e papel para os outros homens. E qual era o modelo? Uma figura de macho *viril*, sexualmente voraz e dominador nas relações com as mulheres. Nas *plantations*, nas estâncias e nas fazendas de gado, o tipo popular de experiência sexual raramente se distanciava do estupro e do açoite, e o mundo crioulo tendeu a deixar uma herança de sexo associado à violência. A hierarquia sexual imposta pelo branco foi seguida pelos mestiços e mulatos em suas relações com índios e negros (THERBON, 2006:236).

Na primeira citação é clara a referência do autor a dinâmica da relação entre poder e sexo. Considerando que o sexo é fundador da instituição conhecida como casamento, este debate implica necessariamente nas considerações sobre as relações de gênero. O autor pressupõe o casamento como uma instituição que se estabelece a partir de relações de poder, cuja base de afirmação é a relação entre os sexos, mas não apenas. Portanto, ele pressupõe as relações de poder no casamento, na família, entre homens e mulheres, o que SCOTT argumenta como principal elemento de construção das relações de gênero: Este seria a primeira referência de poder, vivenciado no interior da família.

Minha definição de gênero tem duas partes e diversas subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser distinguidas na análise. O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre as duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, **e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder** – grifo nosso (SCOTT,1990:14)

Entretanto, o autor também assinala as ambigüidades, as contradições. Ele se refere a possíveis avanços e possíveis retrocessos na superação destas hierarquias no interior da família tanto para mulheres e homens assim como, no aspecto geracional, para os filhos

Os pesquisadores que analisam estas hierarquias hoje, não podem ignorar a interferência tanto da família como da escola. Muitos estudos no campo do gênero vêm mostrando a influência destas vivências na trajetória de estudos e de inserção no mercado de trabalho, observando-se, ainda, uma maior vulnerabilidade das mulheres quanto às condições de trabalho mais dignas ou reconhecidamente, melhores, tanto na perspectiva de seu *status*, como da sua mobilidade social. Evidentemente, o quadro para as mulheres no ocidente já avançou bastante, mas considerando o que a *advocacy* feminista já conseguiu, as ambigüidades observadas, ainda, nas condições das mulheres, particularmente, na sua distribuição no ensino superior e a conseqüente inserção no mercado de trabalho, a situação ainda surpreende.

A ação política no acesso ao ensino superior: raça/etnia X gênero

É interessante observar que apesar de se manterem ainda concentrações por sexo em carreiras universitárias, o incentivo ao debate político sobre o acesso ao ensino superior, hoje, no Brasil, tem como principal foco de debates e polêmicas, a questão étnico-racial. Como primeira impressão, fica o seguinte: o fato de alguns cursos evidenciarem “preferências femininas” e outras masculinas, não indica uma limitação do acesso ao ensino. Estes homens e mulheres estão sendo incluídos neste nível de formação educacional de uma maneira ou de outra. O gênero, neste caso, não é considerado um impedimento para o acesso, conforme a cor da pele, mas, apenas, um curioso fato a ser percebido e comentado sem preocupações em discutir políticas de ação afirmativa para ingresso em cursos de ensino superior para homens e mulheres com aptidões variadas independentes do seu sexo. Neste caso, haveria uma escolha com base em afinidades pessoais (vocação) ou projeções pragmáticas para inserção no mercado de trabalho. Não há uma ação claramente discriminatória com base em injustiças passadas, como por exemplo, o fato das mulheres terem sido “empurradas” para determinadas áreas de concentração de características femininas como o “cuidado com os outros”, por exemplo. Não se considera a possibilidade de existirem mecanismos de desestímulo para determinadas atividades laborativas por discriminação de gênero desde a infância que podem ser corroborado pela escola em parceria com a família ou pode evidenciar conflito entre estas duas instâncias fundamentais de formação da estrutura ético-moral da criança.

Em outras palavras, não vem sendo considerado no espaço universitário, o fato de determinados grupos de indivíduos serem bloqueados em possíveis aptidões na formação profissional pelo simples fato de serem homens ou mulheres. A concepção que prevalece é a seguinte: a partir do momento que ingressaram em um curso universitário foi porque assim escolheram e tem plena convicção das suas expectativas de ingresso no mercado de trabalho. Talvez, se fosse possível observar insatisfações no curso universitário quanto à escolha,

esses grupos poderiam ser alocados em outras formações e a universidade poderia evitar níveis elevados de evasão em algumas áreas. Este problema pode ter origem na questão de gênero.

O tema étnico-racial envolve uma complexidade maior, hoje, se o compararmos com o debate sobre as relações de gênero. As duas áreas temáticas se estabelecem imediatamente entre as fronteiras da biologia e da cultura. Entretanto, a identidade étnica, enfrenta, contemporaneamente, um questionamento muito mais evidente do argumento biológico do que o gênero. O condicionamento da genética, no comportamento de homens e mulheres é um argumento bem mais utilizado nas explicações das diferenças, evidenciando, ainda, certo *status* científico. O contrário ocorre quando as diferenças biológicas são consideradas no campo das identidades étnicas. Atualmente, é mais provável uma aceitação de que as características genéticas definem fenótipos, mas não necessariamente comportamentos sociais do que no século XIX. Quando a antropologia física mapeou as características fisionômicas e fisiológicas de grupos humanos diversos, em uma interface com a medicina associou-as a comportamentos natos (GOULD, 1999). O negro e o índio eram “dados a preguiça e pouco inteligentes”, por exemplo e os brancos dados a grandes realizações e conquistas, merecedores de um lugar de liderança na civilização moderna. Contemporaneamente, estas diferenças são consideradas muito mais uma influência da cultura e de forças econômicas e as características físicas são resultadas de um código genético que servirão, apenas, para identificar a origem biológica do indivíduo. O que explicaria as diferenças de tratamento entre negros, brancos, indígenas ou imigrantes são a hierarquia e o preconceito que provocam a discriminação étnico-racial. Neste campo de reflexão, ultimamente, não é aceita uma explicação facilmente circunscrita aos determinantes biológicos como acontece com as relações de gênero. O conceito de raça que sustentou por muito tempo o debate no campo da antropologia física passou a ser questionado. Hoje, é rechaçado por grande parte dos intelectuais e pesquisadores na área das ciências humanas como uma “categoria analítica” que viabilize a constituição de

uma identidade legítima de grupos étnico-raciais (MAIO, SANTOS:1996; SCHWARCZ: 1999; MAGGIE, REZENDE: 2001; KAMEL:2006, MAGGIE, FRY: 2007).

No Brasil, as recentes propostas de ação afirmativa para negros e a tramitação do *Estatuto da Igualdade Racial*, por iniciativa parlamentar, vem sendo alvo de muitas críticas por parte de estudiosos da área. Este grupo considerou este movimento, um retrocesso na constituição de uma sociedade mais igualitária, cuja convivência entre diferentes não deve ser pautada pelo conceito de raça que provocou inclusive as práticas do eugenismo que teve como resultado práticas de extermínio de grupos étnicos classificados como “inferiores”. Entretanto, o que está em jogo no cenário político-institucional brasileiro é o enfrentamento da discriminação étnico-racial existente na cultura, evidenciando-se práticas cotidianas de desqualificação, isolamento e exclusão de grupos populacionais com base na cor da pele e tipos fisionômicos. Há um destaque para aqueles associados às características africanas, tendo em vista as experiências da escravidão de negros no contexto norte-americano.

A realidade latino-americana e particularmente a brasileira é bem mais complexa, considerando o fato da miscigenação acentuada da população com participação de grupos africanos, ameríndios e europeus. Isto não permite uma classificação rígida dos padrões genéticos dos grupos populacionais. A primeira questão a ser debatida é: como sustentar a perspectiva da conformação de uma identidade étnico-racial com base na raça – predominância da genética negra, branca ou indígena, se não é possível a certeza de uma participação majoritária de gens de uma ou outra raça, no Brasil. Este problema não está colocado, apenas, no caso brasileiro. Este enfoque vem sendo questionado até mesmo na conformação das sociedades européias, o que colocou em xeque o conceito de raça há muito tempo nas ciências sociais.

Outro problema que vem sendo confundido neste debate é o da exclusão social, a partir da qual muitos grupos são alijados dos benefícios sociais e, particularmente, da educação básica ou com índice de qualidade. As estatísticas

que evidenciam o fato de que indivíduos de fenótipo negro estão em condições mais desvantajosas na estrutura de emprego, assim como as mulheres apontam para uma maior vulnerabilidade destes grupos. No caso dos indígenas, deve ser considerada a frágil perspectiva de mobilidade social nos moldes urbano-industriais e a sua trajetória completamente diferenciada em relação aos negros quanto a uma atração para as grandes metrópoles e a uma “adaptação” as formas de “vida dos brancos”. Eles não evidenciaram um interesse tão imediato nesta lógica, mas sim em ter a sua própria forma de vida preservada, a sua cultura respeitada por aqueles que decidiram pela sua “tutela”. O debate tem que ser definido a partir destas diferenças fundamentais entre os grupos no Brasil, inclusive, quanto a sua dimensão jurídico-institucional. Os negros foram escravos “emancipados” para cidadãos com precárias vias de acesso aos bens públicos. Os indígenas, se não dizimados, foram escravos substituídos por outros, abandonados a sua própria sorte e sem autonomia para decidir sobre o seu destino, após o desinteresse dos comerciantes locais e senhores de terra, no uso de sua mão de obra.

Estas diferenças históricas estabeleceram uma expectativa diferenciada quanto ao acesso à educação. Enquanto percebemos no interior do movimento negro uma demanda pela escolarização na estrutura do ensino oferecido pelo sistema tradicional por meio do sistema de cotas, observamos uma demanda pela “escola indígena” por parte do movimento indígena. Há uma preocupação em manter os seus valores culturais e a permanência em seus locais de origem. Estes fatos demarcam o espaço universitário com valores muito diversos, quando estes grupos são incorporados ao seu universo. O problema do mérito no campo do conhecimento, certamente é outro ponto a ser mais explorado neste debate, desde que ele tem sido o fundamento da estruturação de áreas de formação científica na sociedade moderna. O fato de existirem fragilidades na estrutura do ensino e nas formas de avaliação do conhecimento técnico-científico não justifica o banimento de critérios de julgamento e seleção com base em limitações socioeconômicas evidentes e históricas vividas por grande parte da população em

diversos países. Em alguns momentos, é possível observar esta tendência em alguns discursos políticos o que vem tensionando o espaço universitário, fenômeno pouco enfrentado pelos gestores nas instituições de ensino superior.

O que toda esta discussão tem a ver com gênero?

A compreensão das diferenças entre homens e mulheres como relações de poder historicamente contextualizadas (SCOTT, 1990) e não como diferenças fundamentadas, apenas, em características biológicas marcantes e evidentes modifica completamente o ângulo de observação do fenômeno em foco – como educar meninos e meninas no mundo contemporâneo. Num primeiro momento “cai o pano” da conjugalidade perfeita, o que já provoca muitas reações. A formação do casal heterossexual, tradicionalmente colocado como modelo para a constituição da família – espaço primeiro da socialização infantil –, deixa de ser considerada harmônica com base no respeito mútuo e amor entre um homem e uma mulher. Além de uma relação afetivo-sexual, também se estabelecem hierarquias no espaço doméstico que favorecem a dominação masculina, seja pela ótica econômica (salários mais altos), seja pela ótica cultural (mais forte/mais frágil, mais capaz/menos capaz).

Nesse sentido, pensar valores com a co-participação da família, no caso da escola com base em um enfoque das relações de gênero como relações de poder implica trabalhar com os seus representantes a partir do pressuposto do conflito. Não há garantias prévias do respeito mútuo e igualitário entre os componentes do grupo. Esta postura diante da família é dificultada pela idealização da sua formação calçada nas relações prioritariamente afetivas. Pensar a socialização de crianças do sexo feminino e masculino fundamentada no modelo do pai e da mãe deve considerar as manifestações destas hierarquias no ambiente familiar, o que pode facilitar a compreensão das ocorrências violentas no espaço doméstico entre casais aparentemente harmônicos.

O desvendamento destas hierarquias, freqüentemente consideradas como diferenças naturalizadas entre homens e mulheres, foi mérito do movimento feminista. A partir da década de 1960, teve maior visibilidade por meio de

atividades públicas, de grande alcance político em manifestações, hoje consideradas “muito radicais” ou extremas na denúncia da desigualdade e da subordinação feminina. Mas o fato é que as protagonistas destas iniciativas conseguiram colocar em debate o problema da condição da mulher na sociedade contemporânea que persiste, apesar dos avanços observados em muitos setores, inclusive no espaço familiar. Entretanto, o aumento do número de mulheres chefes de família no Brasil indica que a conjugalidade vem enfrentando dificuldades para garantir a parceria estável entre homens e mulheres na família. Como estas crianças estão vendo os pais, o cotidiano familiar e as separações? Como o modelo está se saindo para eles, numa perspectiva futura de relacionamento afetivo-sexual? Os modelos familiares, hoje, também, estão em reconstrução. Para pensar a família, hoje, devem ser consideradas, além das mudanças culturais, aquelas diferenças que sempre existiram, principalmente na realidade brasileira – as diferenças socioeconômicas. A dificuldade que a exclusão social impõe à grande parcela da população tem repercussões imediatas em círculos familiares marcados pela fragilidade de vínculos mais permanentes, tendo em vista a necessidade imposta pela sobrevivência, o que provoca o abandono das mulheres e filhos por seus parceiros com mais frequência. A novidade (que as estatísticas começam a indicar) é o aumento de mulheres chefes de família entre aquelas pertencentes aos estratos médios da população, que tende a se constituir de mulheres que foram mais diretamente atingidas pelos “ideais” de emancipação feminina, por meio da escolaridade e formação de nível superior. Caso isto se confirme, um fenômeno possível a ser analisado é, exatamente, a dificuldade da incorporação da mudança de valores de forma concomitante para homens e mulheres, o que facilita o rompimento do projeto conjugal, seja pela dificuldade de aceitação por parte dos homens destes novos modelos femininos – o da emancipação – , seja pela real incorporação das mulheres aos novos valores que garantem maior autonomia e resistência a formas de dominação masculina. Algumas considerações apontam tendências mais recentes quanto à “masculinização” das mulheres no que se refere ao seu comportamento (liberdade

para escolha de diferentes parceiros sem vínculos duradouros); prioridade na carreira profissional em detrimento da constituição da família e valores mais “duros” (aspirações mais voltadas para o seu próprio bem-estar em detrimento do outro); e o refluxo do movimento feminista, todas estas considerações associadas a traços naturalizados do que é próprio do masculino e do feminino.

As pesquisadoras¹ que buscaram uma explicação do comportamento social com base na opressão feminina, em um primeiro momento, enfrentaram muitas críticas nos círculos acadêmicos de discussão. Houve um questionamento quanto à isenção científica dos estudos sobre a mulher e sua conseqüente autonomia como categoria analítica relevante e consistente para análise de fenômenos sociais, tendo em vista a sua associação com o movimento feminista. A busca de um sujeito coletivo como principal objetivo via mobilização social e política para a definição de ações que levassem a superação do problema (SORJ, 1992)² colocou as parcerias entre representantes do movimento feminista e pesquisadoras (se não eram militantes, eram “simpatizantes”), sob suspeita na academia. Esta parceria não ficou isenta de tensões, desde que evoluiu para um debate que deslocava o foco da opressão feminina para o problema da socialização de homens e mulheres, buscando-se compreender os fundamentos da permanência das hierarquias entre os sexos. Isto é, não bastava discutir somente a situação das mulheres, mas também a dos homens. Esta nova perspectiva provocou rupturas além daquelas já existentes no que se refere a

¹ Grande parte das pesquisas realizadas neste campo temático é feita por mulheres, pesquisadores do sexo feminino.

² “Se uma das grandes originalidades do movimento feminista pós-60, a de insistir na existência de uma nova identidade coletiva e forçar a sua legitimação política, o movimento nunca logrou unir as mulheres em um único discurso ou promover uma única identidade coletiva. E a prática corrente de cismas e dissidências justamente na década de 70, quando o movimento apresentava sua maior força e vitalidade – inclusive no âmbito do debate teórico – , nunca chegou a questionar o postulado da existência de uma identidade genérica, única e coletiva das mulheres. No Brasil, especialmente, esta identidade uniforme pareceu sempre muito distante; e, paradoxalmente, quanto mais disseminado e forte se encontrava o movimento, mais prosperavam identidades ‘sobrenomeadas’ mulheres-rurais, mulheres-sindicalistas, mulheres negras, mulheres católicas etc. Reconhecer estas múltiplas identidades que coexistem no universo da subjetividade e da política implicaria a relativização do peso conferido ao gênero na explicação da constituição dos sujeitos (SORJ, 1992).”

diferenciadas correntes teórico-metodológicas para estudo do fenômeno³. O problema se amplia quando surge a proposta de pensar a opressão feminina não mais como dominação de um sexo sobre o outro, circunscrevendo o masculino como o pólo dominante, mas pensar o problema sob a denominação de “relações de gênero”, que pressupõe refletir sobre os mecanismos que ainda se estabelecem para que a hierarquia se mantenha. Estes mecanismos, presentes no espaço da cultura, são mantidos nas formas educacionais, o que pressupõe um enfoque que considere concomitantemente a situação das mulheres e dos homens na sociedade. Compreender o fenômeno para além do sexo (masculino dominante X feminino dominado) marcado biologicamente, assim como também pela cultura que perpetua valores e representações relacionados ao masculino e feminino na sociedade, é a proposta daqueles que incorporam o “gênero” como uma categoria analítica relevante nas ciências sociais. Esta perspectiva provocou reações contrárias no interior do movimento feminista porque tendia a “relativizar” o homem como opressor, o que colocava problemas para a consolidação de um sujeito coletivo com uma “luta” comum. Isto impunha limites à superação da desigualdade por meio da mobilização intensa e contínua das mulheres – o foco do movimento. Considerar a mulher e o homem concomitantemente para a superação da desigualdade entre eles não estava na “pauta”. Inicialmente, seria necessário fortalecer a mulher como sujeito político, consciente da opressão da qual é vítima historicamente e, a partir desta etapa, definir uma nova organização social, com base na igualdade entre homens e mulheres.

Essa aspiração à igualdade levou a um intenso debate sobre a compreensão da identidade feminina e masculina. O movimento buscava construir uma identidade com base em um viés político de ação e apresentava como proposta uma nova identidade feminina – mais autônoma, combativa e emancipada profissional e sexualmente, em resposta à imagem submissa da mulher, historicamente. Esta identidade pressupunha a igualdade de condições com os homens para conquistar este *status* na sociedade moderna, ocidental.

³ SCOTT, Joan, 1990.

O problema que surgiu deste este momento foi o do estabelecimento de parâmetros para a garantia da igualdade entre homens e mulheres. O que estava sendo compreendido como igualdade? Ter como pressuposto a igualdade levou à necessidade da referência a um modelo, e houve uma tendência de o movimento feminista reforçar as expectativas relacionadas ao mundo masculino neste processo, ao buscar a igualdade de condições com os homens – entrada no mercado de trabalho e desvalorização do espaço doméstico; valorização da carreira profissional em detrimento da constituição da família e cuidado com os filhos; e perfil mais agressivo para competir no mundo moderno.

A partir destas considerações, coloca-se mais intensa a reflexão sobre o que é feminino e o que é masculino na sociedade contemporânea. Um dos estrangulamentos neste debate foi o da “fronteira” entre o biológico e o cultural na determinação do comportamento de mulheres e homens na sociedade. Entretanto, se formos mais longe, é possível afirmar que este é um ponto de estrangulamento de todas as ciências sociais no seu percurso como disciplina científica. Vamos nos deter nos impasses que o feminismo enfrentou desde o momento em que buscou se afirmar como uma “ciência” neste cenário acadêmico. Há uma diferença entre considerar o gênero como uma categoria analítica importante para compreensão de fenômenos no campo social, focando o olhar para situações, antes, despercebidas e argumentar no sentido de uma “epistemologia feminista” como um novo campo de saber. Este texto inclui as relações de gênero como uma categoria analítica consistente para a compreensão de determinadas hierarquias e relações de poder na sociedade contemporânea, numa perspectiva sociológica. Uma das dificuldades enfrentadas pelo feminismo na afirmação do problema da subjugação da mulher foi a ambigüidade em questionar os argumentos biológicos para a delimitação de diferenças que justificam a submissão ao mesmo tempo em que tende a reforçá-los, quando tenta afirmar uma identidade própria para as mulheres, independente do referencial masculino que os estudos anatômicos no campo da medicina elaboraram. Neste processo, define-se um enfoque das diferenças, classificado como binário que tende a valorizar argumentos

essencialistas do que é ser mulher e ser homem que não escapa aos determinantes biológicos do comportamento de homens e mulheres. No entanto, ele foi necessário num momento em que, nos estudos anatômicos, o corpo do homem era reconhecido como a matriz principal e o da mulher, apenas um desdobramento⁴. O reconhecimento de uma “fisiologia própria” levou a uma valorização do argumento biológico na conformação da identidade feminina com base na autonomia (NICHOLSON, 2000). Entretanto, reforçou as premissas de fundamento biológico na configuração de diferenças entre homens e mulheres.

O avanço da terminologia do “gênero” no debate contemporâneo é explicado pela sua capacidade de incorporar o debate sobre o sexo – estabelecido biologicamente, referenciado pelas características culturais e históricas às quais homens e mulheres estão submetidos. Esta forma de considerar o problema relativiza o biológico como determinação principal nas diferenças entre homens e mulheres e coloca o problema da hierarquia social como pressuposto muito mais cultural do que biológico. Esta tendência leva a uma solução do impasse vivido pelo movimento feminista quando questiona a naturalização de condutas da mulher justificadas pelo enfoque da biologia – mais frágil, mais sensível emocionalmente, menos objetiva. A formação do caráter teria muito mais influência da socialização e seus mecanismos de transmissão de valores por meio da cultura do que por uma função definida fisiologicamente que levaria as mulheres a ter atitudes mais dóceis, conciliadoras e julgamentos mais subjetivos. Isso passa a ser questionado com mais veemência, sendo argumentadas as diferenças culturais.

O enfoque binário que tende a essencializar o masculino e o feminino como categorias fechadas passa a ser questionado, observando-se uma tendência em enfocar o problema na fronteira entre o biológico e o cultural permanentemente.

Linda Nicholson (2000) vai tecer considerações sobre o que ela vai chamar de *determinismo biológico* e *fundacionalismo biológico*, analisando tendências

⁴ Onde pode ser reconhecida uma referência aos dogmas católicos da criação da humanidade pela simbologia de Eva e Adão.

neste campo de articulações entre o movimento feminista e as tentativas de afirmação científica de suas teorias. O *determinismo biológico* é aquele que tende a valorizar a noção de sexo “como aquilo que fica fora da cultura e da história, sempre a enquadrar a diferença masculino/feminino”. A dificuldade expressa por esta tendência é a limitação para mudanças, a partir do momento em que essencializa a dominação como masculina e a submissão como feminina no sexo compreendido como fenômeno biológico. Como transcender este ciclo biológico e elaborar novas formas de relacionamento entre homens e mulheres? O segundo, o fundacionalismo biológico, “permite que os dados da biologia coexistam com os aspectos de personalidade e comportamento”. Entretanto, a autora vai concluir que tanto uma como a outra tendência deva ser superada. Argumentando que o corpo é “sexuado” e como matriz biológica é também considerado de forma diferenciada por uma cultura ou outra, tende a uma valorização conforme a cultura. Nesse sentido, assume uma nova postura – o biológico também é cultural. Deve ser evitada a dicotomia entre sexo e gênero, o que acaba por reproduzir um modelo binário, fortalecendo um enfoque do “sexo” como o lugar do biológico e o “gênero” como o lugar da cultura. O problema deve ser colocado na interseção permanente entre o sexo e o gênero como dimensões interativas do mesmo fenômeno – hierarquias sociais.

É possível observar que a constituição da identidade feminina e masculina, hoje, enfrenta um debate bastante ambíguo na perspectiva da superação das hierarquias sociais. O desafio contemporâneo é socializar novos indivíduos classificados a partir do corpo sexuado de modo a superar as iniquidades de gênero e as formas violentas de enfrentamento das diferenças. Como a família e a escola podem estabelecer um conjunto de normas e valores que garantam esta meta? Com base em quais pressupostos meninos e meninas serão formados sem que o enfoque binário das diferenças entre homens e mulheres seja reforçado ou se torne uma “camisa-de-força” a normatizar o corpo no sentido da crítica feita aos Parâmetros Curriculares Nacionais lançados em 2000, no Brasil?

Referências bibliográficas

ALTMANN, Helena. "Orientação sexual nos parâmetros curriculares" In: *Estudos Feministas*. Vol. 9, N. 2/2001, pp575-585. Florianópolis, SC, UFCS/ CFH/CCE. 2001.

BARBOSA, Lívia. *Igualdade e meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

BELTRÃO, Kaizô I. *Alfabetização por raça e sexo no Brasil: evolução no período 1940-2000*/ Kaizô Iwakami Beltrão, Maria Salet Novellino. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2002, 55 p. (Textos para discussão. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, n.1).

_____. *Acesso à Educação: diferenciais entre os sexos*. Texto para discussão, nº 879. ISSN 1415-4785. IPEA, 2002.

COELHO, Edmundo Campos – Regulando as profissões e Estado, mercado e as profissões. In: *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

COMBES, Danièle e HAICAULT, Monique. Produção e reprodução. Relações sociais de sexos e de classes e de classes. KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée et alii, In: *O Sexo do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

HEILBORN, Maria Luiza (org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

JUNQUEIRA, Eliane Botelho. A magistratura como um espaço de desigualdade. In SILVA, Dayse de Paula Marques (org.). *Novos contornos no espaço social: gênero, geração e etnia..* Rio de Janeiro: UERJ/ NAPE, 1999.

_____. *Mulheres Advogadas: espaços ocupados*, In: *Tempos e Lugares de Gênero*. Cristina Bruschini e Celi Regina Pinto (orgs). São Paulo: FCC, Ed. 34, 2001.

LEGAULT, Gisèle. Intervenção feminista e Serviço Social. In: *Serviço Social e Sociedade*, nº 37, ano XII, Dez. São Paulo: Cortez Editora, 1991

LOURO, Guacira Lopes. *Prendas e anti-prendas*. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade/ UFRGS, 1987.

_____. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

_____, FELIPE, Jane e GOELNNER, Silvana Vilodre. *Corpo, gênero e sexualidade*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

_____. Educação e Relações de Gênero. In Em Pauta: Revista da Faculdade de Serviço Social nº 5: UERJ, 1995.

MAGGIE, Ivone. Aqueles a quem foi negada a cor do dia. As categorias cor e raça na cultura brasileira. In: *Raça, Ciência e Sociedade*. Organizado por Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet, COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro, Paz e Terra – EDUSP: 1984.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade -v.16.1990.

SILVA, Dayse de Paula Marques. *Relações de gênero no campo profissional da Medicina*. In SILVA, Dayse de Paula Marques (org.). *Novos contornos no espaço social: gênero, geração e etnia*. Rio de Janeiro: UERJ/ NAPE, 1999.

_____. *Relações de gênero no campo profissional da Medicina*. Tese de Doutorado em Sociologia. Orientação Bila Sorj. IFCS/UFRJ, 1998.

SORJ, Bila. O femininismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: BRUSCHINI, Cristina, e COSTA, Albertina de Oliveira (orgs.). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Rosa dos Tempos : 1991.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. Questão racial e etnicidade. In: *O que ler na ciência social brasileira*. Org. Sergio Miceli. Vol.3. São Paulo: Editora Sumaré: Anpocs; Brasília, DF: CAPES, 1999.

TOSCANO, Moema. *Estereótipos sexuais na educação: um manual para o educador*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

TEIXEIRA, Moema De Poeli. *Negros na universidade: trajetórias de ascensão social no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

TEIXEIRA, Moema P. BRANDÃO, André A .P . Censo etnico-racial da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Federal de Mato Grosso, dados preliminares. Niterói: EDUFF, 2003.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: Pluralidade cultural; orientação sexual. Secretaria de Educação Fundamental. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SILVA, Dayse de Paula Marques da Silva. Identidades no espaço universitário: gênero e etnia. *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares*. Ano 9.n. 2, 2007..Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/UERJ, NAPE.

SILVA, Dayse de Paula Marques da Silva. Gênero e sexualidade nos PCNs: uma proposta desconhecida. CD-ROM 30^a Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação em Educação, Caxambu, Brasil, 2007.

THERBON, Göran. Sexo e Poder: a família no mundo 1900-2000. São Paulo: Contexto, 2006.

Documentos

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (1996): lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996/ Éster Grossi, apresentação. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

Parâmetros curriculares nacionais: *pluridade cultural: orientação sexual*/Secretaria de Educação Fundamental. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

Parâmetros curriculares nacionais: *introdução aos parâmetros curriculares*/Secretaria de Educação Fundamental. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.